

IDENTIDADE E SUBJETIVIDADE: UMA REFLEXÃO SOBRE O QUE É SER MULHER

Tayana Dias Menezes¹

Resumo: Através de uma análise sócio-pragmática do discurso, observo como a identidade da mulher é (re)construída pelas revistas que são direcionadas para o público feminino. O *corpus* da pesquisa foi composto pelas revistas *Claudia*, *Gloss*, ambas do ano de 2009 e 2010. A pesquisa trabalha com o conceito de identidade não como essência ou um fato da natureza, mas como construções sociais compostas por elementos diversos ou atributos emergentes da interação social entre o sujeito e o mundo, incluem dimensões como papéis sociais (ex. professor, médico, etc.), relações sociais (ex. parentesco, amizade, etc.), identidade grupal (ex. classe, geração, etc.) e rank (ex. pessoas com ou sem título, etc.). A pesquisa baseia-se especialmente em Moita Lopes (2003) e Bauman (2005) e em estudos realizados por Magalhães (2000). Foram, também, usados conceitos da Análise de Discurso, principalmente em Fairclough (2001), motivando a reflexão entre a relação do discurso e da identidade do sujeito social – já que o discurso é o lugar no qual a identidade é refletida e representada. O tema é apropriado porque a configuração política, cultural e econômica da sociedade mundial está em transformação, e isso afeta a identidade do sujeito social. Deste modo, as velhas identidades, que por um bom tempo foram o sustentáculo da estabilidade da organização social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades. Por meio das análises realizadas, chegamos, na linha histórica do gênero feminino, a um meio termo que conjuga valores tradicionais a valores conquistados, fazendo surgir uma nova mulher: a mulher multifacetada.

Palavras-chave: Identidade social. Subjetividade. Discurso. Revistas femininas.

Abstract: From a social pragmatic perspective of discourse this investigation observed how women's identity is (re)constructed by magazines that are geared to female audiences. The corpus was composed of the magazines *Claudia* and *Gloss*, in 2009 and 2010. The research deals with the concept of identity not as an essence, or a fact of nature, but as a social construction composed of diverse elements or attributes emerging from social interaction between subject and world; it includes dimensions such as social roles (e.g. teacher, doctor etc.) social relations (e.g. kinship, friendship etc.) group identity (e.g. class, generation etc.) and rank (e.g. those with or without academic degree etc.). The research is based particularly on Moita Lopes (2003) and Bauman (2005) and on studies by Magalhães (2000). Concepts from discourse analysis, especially in Fairclough (2001), motivated reflections on the relationship between discourse and social identity of the subject – since discourse is the place where identity is reflected and represented. The theme is appropriate because the political, cultural, and economic landscape of global society is changing, and this affects the social identity of the subject. Thus the old identities, which for a long time have been the mainstay of the stability of social organization, are in decline, giving rise to new identities. The analysis show that today's women is often portrayed in the magazines as combining both traditional and modern values, an identity neither exclusively traditional nor modern.

Keywords: Social Identity. Subjectivity. Discourse. Women's magazines.

¹ Professora em regime de dedicação exclusiva da Universidade Federal de Pernambuco e doutorando em Linguística da mesma instituição.

1 Introdução

Hoje, o tema 'identidade social' é amplamente discutido nas mais diversas áreas do conhecimento. Isso se dá, primeiramente, por causa da natureza dinâmica da sociedade em que vivemos: o mundo passa por constantes alterações econômicas, políticas, culturais, tecnológicas e sociais. Essas mudanças afetam, conseqüentemente, o sujeito social: os seus hábitos, seus valores e 'verdades' e seu estilo de vida.

O conceito 'identidade social' está dentro de uma área de intersecção entre ciências: psicologia, sociologia, linguística etc. Os psicólogos clínicos e psicanalistas encaram-na como a explicação de sentimentos pessoais e a consciência da existência de um "eu" e de outros "eus" (os outros), ou seja, a imagem que se tem de si e que se tem dos demais. A identidade é, sob o viés psicanalítico, o trabalho do ego. Já os psicólogos sociais e os antropólogos dispensam a sua atenção para o conjunto de elementos simbólicos de uma determinada cultura e sociedade que formam esse emaranhado que chamamos de identidade social. Procuram, também, compreender como essas categorias simbólicas funcionam.

Observar a identidade social da mulher significa também observar como a mulher é vista pela sociedade, as alterações sofridas na identidade deste grupo são, em parte, resultado de mudanças sociais e culturais. E para compreender como a mulher é vista socialmente, analisei representações da figura feminina nas páginas de revistas específicas. "As representações sociais são produzidas pelos grupos sociais, tendo em vista a sua heterogeneidade, com o objetivo de integrar os membros de uma comunidade, [...] aproximando-os pelas condutas, ideias, valores e metas" (CARNEIROS E SOARES, 2003, p. 69). Ou seja, as representações são materializações de ideologias e auxiliam na compreensão dos sistemas simbólicos, e explicam "a maneira pela qual informações novas são integradas e transformadas no conjunto dos conhecimentos socialmente estabelecidos e na rede de significações socialmente disponíveis para interpretar o real" (JODELET, 2005, p. 48).

Portanto, ao refletir sobre a identidade social da mulher através das suas diversas representações, estamos também refletindo sobre a sociedade, seus valores e suas crenças. Em suma, o objetivo geral do presente artigo é refletir e analisar como são (re)construídas as identidades femininas veiculadas por revistas destinadas para este público. Desta maneira, é fundamental refletir sobre o material que será analisado – as revistas femininas (RFs). Dentro do grande universo de revistas dirigidas à mulher, optei pela *Claudia* e *Gloss* pelos seguintes critérios: uma é a mais antiga em circulação (a *Claudia* foi criada nos meados de 1960), a outra é mais recente (a *Gloss* circula no mercado desde 2007). Além disso, enquanto a primeira é dirigida para uma mulher mais madura a segunda é dirigida para uma mulher mais jovem.

2 Identidade social e subjetividade

O conceito ‘identidade social’ era moldado em termos essencialistas, de modo que, conseqüentemente, o indivíduo era central para essa teoria – um indivíduo constituído de forma única. No entanto, a ideia de uma identidade homogênea que definiria o sujeito de forma acabada vem sendo criticada e discutida na teoria social, segundo Hall (2006), pelo simples motivo que esta não leva em conta a multiplicidade que nos constitui.

Seria conveniente dissociar radicalmente os conceitos de indivíduo e de subjetividade. Para mim, os indivíduos são o resultado de uma produção de massa (...) Freud foi o primeiro a mostrar até que ponto é precária essa noção de totalidade de um ego. A subjetividade não é passível de totalização ou centralização no indivíduo. Uma coisa é a individualização do corpo. Outra é a multiplicidade dos agenciamentos da subjetivação: a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro social (GUATTARI, 2000, p. 31).

A introdução e a citação acima nos ajudarão a situar teoricamente a diferença entre identidade e subjetividade adotada neste artigo. Note que acima há uma

abordagem psicanalítica, pois, ao tratar de subjetividade, Guattari fala sobre a compreensão do ego. Discutir sobre subjetividade envolve os pensamentos e as emoções tanto do consciente como do inconsciente, trata, em outras palavras, de quem somos como pessoas individuais. Mas, vale ressaltar que a subjetividade é “fabricada e modelada no registro social”, isto é, nossa subjetividade atua em um contexto social no qual a linguagem e a cultura atribuem significados a nossas experiências individuais.

Segundo Woodward (2009), existe uma sobreposição entre os termos subjetividade e identidade. Ao tratar a identidade individual, estaríamos falando de subjetividade, que diz respeito a um perfil individual ou um modo de ser, aos sentimentos e emoções de um indivíduo e seus traços característicos e morais, sem esquecer que não há subjetividade sem um aparato cultural que lhe sirva de guia. Isso significa que a subjetividade é formada por dois elementos centrais: o sujeito (ou indivíduo) e o social (as estruturas sociais e a cultura – elementos que interferem na formação da subjetividade).

“A subjetividade inclui as dimensões inconscientes do eu” (WOODWARD, 2009, p. 55), refere-se, também, à compreensão que temos do nosso ‘eu’. Ainda segundo a autora, a subjetividade permite averiguar os sentimentos envolvidos no processo de produção da identidade e explicar as razões pelas quais nos apegamos a identidades específicas. Ou seja, o conceito de subjetividade é caro à identidade. Mas não são todos os teóricos que concordam com essa posição, alguns empregam os termos identidade e subjetividade como intercambiáveis.

Encaramos a identidade como produto social resultante da interação entre o sujeito e o mundo social. Identidades sociais incluem dimensões como papéis sociais (ex. professor, médico, etc.), relações sociais (ex. parentesco, amizade, etc.), identidade grupal (ex. classe, geração, etc.) e rank (ex. pessoas com ou sem título etc.). Assim a identidade de um sujeito é composta por elementos diversos ou atributos emergentes da interação social. A identidade não é fixa, ao contrário é passível a mutações, dependendo da situação em que o interlocutor se encontra e com quem o falante/escritor está negociando sua identidade.

Benedetto Vecchi, ao entrevistar Bauman, compara a identidade a um quebra-cabeça (um todo formado pela soma de pequenas partes). A comparação é “parcialmente esclarecedora”, segundo a opinião pessoal de Bauman (2005), pelos seguintes motivos: sempre faltarão peças em um quebra-cabeça que tenha a identidade como um fim, assim é sempre um jogo incompleto (sem nenhuma noção de quantas peças faltam ao jogo), enquanto aquele comprado em uma loja sempre, ou geralmente, vem completo e possui na caixa (ou em outro local) a imagem impressa – o objetivo a ser alcançado. Quando alguns desses requisitos não são cumpridos, o dinheiro do consumidor pode ser devolvido. A imagem impressa auxilia o jogador em relação aos caminhos tomados, se suas escolhas no fim formarão a imagem pretendida ou poderá, também, apontar algum erro e a possibilidade de conserto. Não há auxílio nos caminhos tomados para a construção da identidade. Tem-se peças, mas não existe uma imagem preestabelecida para ser alcançada no jogo da formação identitária, de modo que não se pode ter certeza de que peças serão necessárias, ou se uma encaixa-se com outra etc.

Resolver um quebra-cabeça é uma tarefa com um objetivo específico: montar uma imagem conhecida de antemão com peças que se encaixam. A identidade, por sua vez, não tem uma imagem dada com antecedência, ela tem início com uma série de peças que parecem ser interessantes, mas não existe a promessa de se encaixarem, pode-se permutar as peças até achar alguma imagem agradável – e a permutação, assim como a aquisição de novas peças, é sempre possível. “A tarefa de um construtor de identidade é, como diria Lévi-Strauss, a de um *bricoleur*, que constrói todo tipo de coisas com o material que tem à mão...” (BAUMAN, 2005, p. 55).

A relação entre o indivíduo e a sua identidade não deve ser definitiva e eterna, antes deve ser usada como algo possivelmente descartável, já que novos grupos, ou novas comunidades, são frequentemente fomentados. Aí está nossa peculiaridade, nós – habitantes do líquido mundo moderno – construímos nossa identidade com base em comunidades que estão sempre em movimento (e movimentos rápidos), lutamos para mantê-las vivas, mas não por muito tempo. Fazemos isso para nos sentir

seguros, “o anseio por identidade vem do desejo de segurança” (BAUMAN, 2005, p. 35).

3 A análise crítica do discurso

Neste artigo, quando uso o termo discurso, considero: a linguagem como forma de prática social e não apenas como atividade individual; “[...] o discurso é um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 90-91), ou seja, o discurso não é analisado apenas como um objeto verbal autônomo, mas como uma interação situada, “como uma prática social ou como um tipo de comunicação numa situação social, cultural, histórica ou política”(VAN DIJK, 2008, p. 12).

Fairclough (2001) considera a natureza do discurso dialética: a língua varia segundo fatores sociais e contribui para reproduzir e transformar a realidade, “o discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91). O discurso contribui para a construção de identidades sociais, para posicionar os sujeitos, para construir as realidades sociais entre as pessoas e contribui para a construção de sistemas de conhecimento e de crença.

Os discursos, também, segundo van Dijk (2008), constroem as representações sociais do grupo, orientando assim, indiretamente, as práticas sociais relativas ao grupo. Sendo assim, ao analisar os discursos que estão impregnados de ideologia podemos compreender a organização e a formação das identidades e das representações femininas que são aceitas pela sociedade.

Os enquadres teóricos e conceituais da Análise Crítica do Discurso (ACD) são relevantes para este trabalho porque “é um tipo de investigação analítica discursiva que estuda principalmente o modo como o abuso de poder, a dominação e a desigualdade são representados, reproduzidos e combatidos por textos orais e escritos no contexto social e político” (VAN DIJK, 2008, p. 113). Isto é, o foco da ACD

são os modos como as estruturas do discurso produzem, confirmam, legitimam, reproduzem ou desafiam o que é socialmente estabelecido.

A ACD não apresenta um único enquadre teórico, ao contrário, apresenta vários pontos de vista teóricos e analíticos. As linhas de pesquisa da ACD, no entanto, têm como repertório: poder; texto; sociedade/cultura; controle; manipulação; hegemonia. Esses conceitos fazem parte do macronível, segundo van Dijk (2008). Os estudos direcionados pela ACD procuram fundir o macronível com o micronível (o uso da linguagem, o discurso, a interação verbal e a comunicação). Analisar o entrelaçamento do micro com o macro no cotidiano (nos textos de revistas) nos fornece meios para compreender como as representações e a identidade da mulher são (re)construídas discursivamente.

4 A relação entre identidade, discurso e linguagem

O conceito da identidade foi fundamental para a filosofia clássica. Aristóteles já enxergava uma relação entre identidade e linguagem. Para o filósofo grego, o domínio ontológico² está conectado ao domínio linguístico por meio da identidade. Ao falar sobre identidade, Aristóteles não faz referência à identidade de um sujeito, antes trata a essência das coisas. A função da linguagem seria representar a identidade ou a essência das coisas e lhe atribuir significados. “A relação entre linguagem e identidade é, assim, uma relação de adequação: à identidade do conceito deve corresponder o sentido único da palavra que o expressa” (GONDAR, 2002, p. 108). No entanto, neste artigo, não pensamos a identidade/linguagem sob uma perspectiva mentalista ou essencialista, embora, o uso corrente (ou comum) do conceito de identidade esteja relacionado à essência do indivíduo. Nesta pesquisa, no entanto, pensaremos a linguagem por meio do discurso e a identidade como um constructo de processos sociais, incluindo, especialmente, as práticas discursivas.

A identidade social não é algo dado ou natural. Significa isso afirmar que as identidades não nascem com os sujeitos, ou seja, não fazem parte da essência de

² Refere-se à ontologia: parte da metafísica que estuda o homem e suas características transcendentais.

cada indivíduo. Mas são elementos construídos através das experiências sociais dos sujeitos.

Postulamos uma relação constitutiva entre linguagem e identidades sociais em que um ou mais traços linguísticos podem indexar significados sociais que por sua vez ajudam a construir significados de identidade (significados de gênero, de classe, de profissão etc.) Neste sentido, a relação entre linguagem e identidade social não é, ou raramente é direta, antes é mediada pela compreensão que os interlocutores têm das convenções que regem o desempenho de certos atos sociais e *stances* (posições) e pela compreensão dos interlocutores de como atos sociais e *stances* servem como recursos para a estruturação de identidades sociais particulares (HOFFNAGEL, 2010, p. 65).

Hoffnagel afirma que o discurso, enquanto materialidade linguística, atribui e constrói sentidos dentro das estruturas sociais e estes auxiliam na construção das identidades sociais. Isso significa dizer, em outras palavras, que o discurso posiciona e é posicionado pelos sujeitos: quando proferimos um discurso sempre temos em mente os nossos destinatários e os elementos que o caracterizam: se é homem, mulher, bissexual, homossexual, jovem etc. Isto é, sempre levamos em conta quais os traços sociais e históricos que marcam os sujeitos a quem nos dirigimos – consequentemente, os discursos refletem essas marcas. Moita Lopes (2003, p. 20) afirma que “aquilo que a pessoa é, ou sua identidade social, é exatamente o que é definido nos e pelos discursos que a envolvem e nos quais ela circula [...] ainda que tais discursos possam ser combinados e ambíguos”. Ou seja, pensar o discurso significa pensar o sujeito, já que este é constituído pelo primeiro. Os discursos surgem por meio de alguém e se dirigem para outro alguém, ambos possuem marcas identitárias e estas estão presentes no discurso.

Os sujeitos, segundo Gondar (2002), são considerados como um conjunto emaranhado de crenças e desejos, estes são construídos por meio da linguagem – ou melhor, pelo uso da linguagem –, sendo a linguagem ação, isto é: discurso. Desta forma, o discurso é responsável pela construção do homem enquanto sujeito social.

Os discursos têm poder estruturador e, na modernidade tardia, segundo Moita Lopes (2003, p. 21-22), “os processos discursivos adquiriram importância central como instrumento de reflexão, interpretação e compreensão da vida social como também de construção das identidades sociais”. Ou seja, o discurso é um conceito fundamental para pensar a sociedade e os sujeitos que a compõem, assim como é fundamental para entender a própria linguagem.

5 A mulher e as revistas femininas

As revistas femininas trazem, geralmente, matérias frias – jargão do jornalismo que designa matérias que são atemporais, isto é, que podem ser publicadas em diferentes datas. Não tratam de uma notícia que tem relação imediata com a atualidade, mas das que podem ser publicadas hoje ou semanas depois. Trazem artigos sobre “futilidades”³: moda, beleza, maquiagem, *fitness* etc. No entanto, elas exercem um papel importante dentro da cultura de uma sociedade de consumo. A imprensa direcionada à mulher, segundo Buitoni (2009), pode atingir a metade do gênero humano e, desse modo, influir em toda a vida social.

As revistas femininas (RFs) estão presentes no cotidiano e na história das mulheres, “a linguagem diz as coisas. E a imprensa feminina, sendo linguagem, diz a mulher” (BUITONI, 2009, p. 11). As RFs projetam a imagem que a sociedade tem da mulher – nisso incluem-se homens e, especialmente, mulheres. São, portanto, um bom meio para enxergar a relação sociedade-cultura-mulher. O que é ser mulher na atualidade? O que a sociedade legitima como ser mulher? Essas perguntas podem ser respondidas observando as RFs. As palavras e as imagens estão carregadas de ideologias, constroem sentidos e ratificam a identidade feminina, ou as identidades femininas.

A história desta imprensa é apaixonante porque nela lemos a história dos costumes: não a “pequena história” feita de

³ Coloco a palavra futilidades entre aspas porque é desta maneira que assuntos como beleza, moda etc. são vistos socialmente. Algumas matérias analisadas provam essa afirmação.

anedotas sobre os grandes deste mundo, mas um reflexo significativo da vida cotidiana, de economia doméstica, das relações sociais, das mentalidades, das morais e dos esnobismos apaixonados, no seu monótono frenesi de novidade. (SULLEROT, 1963, p. 6, *apud* BUITONI, 2009, p. 29).

Heberle (2004, p. 85) afirma que os discursos das RFs são contraditórios: “revistas femininas (RFs) [...] incorporam dualidades e/ou contradições que são interdiscursivamente amalgamadas [...]”. No entanto, discutimos anteriormente que a identidade social é contraditória e, geralmente, não harmônica. Sendo assim, se as RFs procuram representar a mulher na sua inteireza (mesmo que lhes sejam impostas algumas limitações), não seria de esperar que os seus discursos fossem contraditórios? Não pelo discurso em si, mas pela natureza da identidade social.

Para refletir sobre essa questão, faremos observações referentes à projeção da mulher nas RFs. Analisaremos as representações femininas com base na classificação proposta por Magalhães (2000). Isso nos permitirá afirmar com mais propriedade que a contradição não é particular aos discursos das RFs, mas é particular à identidade, posto que esta é contraditória por natureza.

Ao analisar as RFs, observaremos mais de um gênero, pois comungo com a visão que Heberle (2004, p. 85) defende sobre a mídia impressa: “sistema semiótico multimodal composto de vários gêneros textuais como horóscopo, propaganda, entrevista [...], juntamente com fotos, imagens, cores, a sequência e a combinação dos artigos e propagandas estão interdiscursivamente ligados”.

Magalhães (2000), através de um estudo sobre o discurso da Constituinte brasileira, que procurava compreender o imaginário político feminino por meio de sugestões enviadas para a Assembleia Nacional Constituinte, chegou à conclusão de que a identidade feminina possui duas tendências discursivas: a primeira está inserida no discurso tradicional do controle – “indicando uma imagem parcial da mulher, constituída com base na visão masculina” (MAGALHÃES, 2000, p. 211) –, e a segunda está inserida no contexto das mudanças, num projeto reflexivo do “eu” e da participação social.

Neste aspecto, Giddens (2002), contribui para a reflexão sobre a interferência da alta modernidade na vida social cotidiana e como isso afeta o sujeito. O projeto reflexivo do eu não é em si, segundo Giddens (2002), subversivo, mas os resultados dessa reflexão quando operam nas estruturas abstratas podem tornar-se subversivos, pois estes operam incisivamente nas transições sociais. Assim, há duas identidades femininas coexistentes: a identidade da mulher emancipada e a identidade da mulher tradicional.

6 A identidade da mulher emancipada

As RFs projetam ambas as identidades, sendo mais evidente ora a da mulher emancipada, ora a da mulher tradicional. A política emancipatória projeta a primeira, visto que aquela se preocupa com a eliminação da exploração, da desigualdade e da opressão, “a política emancipatória torna imperativos os valores de justiça, igualdade e participação” (GIDDENS, 2002, p. 195). A participação é amplamente divulgada nas RFs, seja na vida doméstica, seja na esfera social ou política, pois a participação é oposta à opressão. Ela inclui a mulher na esfera social e, conseqüentemente, nas decisões que de outra forma lhes seriam outorgadas.

Um exemplo de texto que reflete a política emancipatória, a participação da mulher na esfera social e a identidade da mulher emancipada, é a entrevista com Nilcéa Freire, intitulada “A ministra das mulheres” – entrevista retirada da revista *Claudia* de março de 2009, nº 3, ano 48. Primeiramente, a *Claudia* a apresenta como sendo “a ministra das mulheres”, ou seja, uma representante da classe feminina na política, que “já recebeu ameaças pela internet, enfrentou juízes, parlamentares, a igreja e outros setores conservadores da sociedade” (p. 43) – a sentença é construída pelo verbo de ação “enfrentar” e seu sentido é preenchido pelos complementos: juízes, parlamentares, igreja e outros setores conservadores da sociedade, estes conferem ao verbo uma grande amplitude do projeto de ação à favor da mulher, isto é, do seu importante papel para a subversão de valores patriarcalistas. A sentença, também, é formada por um verbo cujo sujeito é paciente, “recebeu”, mais o

complemento “ameaças”. A frase “recebeu ameaças”, embora não conote ação por parte do sujeito da oração, confere peso às atitudes da ministra, posto que Nilcéa apenas “recebeu ameaças” por causa de suas ações políticas e emancipatórias, e as ameaças não a amedrontaram nem a fizeram retroceder nas suas reivindicações.

O subtítulo do artigo projeta a imagem de uma mulher forte, brava e complementa a imagem de uma mulher emancipada ao dar as seguintes informações ao seu respeito: “é médica, está à frente da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres” (a locução adverbial “está à frente” – usada na entrevista – significa que a ministra comanda a Secretaria, isto reforça a sua identidade emancipada), antes de ocupar o posto na Secretaria ela era reitora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

As perguntas da entrevista giraram em torno de suas relações com os parlamentares e com a igreja, visto que defende o uso de preservativos para conter a aids, Nilcéa afirma: “sou católica, mas não acho certo a igreja proibir o uso de preservativo e deixar a aids crescer” (p. 44). Também defende a legalidade do aborto, “aborto é caso de saúde pública, mulheres morrem em ações clandestinas... os parlamentares têm o direito de ser pessoalmente conservadores, mas não podem impor seus credos à nação” (p. 44). A violência doméstica foi outro tema abordado, com base nos casos da paulista Marina Garnerio (que havia denunciado quatro vezes seu ex-namorado, mas acabou sendo morta por ele) e da jovem Eloá (morta também pelo ex-namorado).

Nilcéa Freire cita também casos desconhecidos pela nação, a exemplo das más condições de trabalho feminino no Amapá, onde mulheres ribeirinhas são escalpeladas: “como mantêm os cabelos longos, os fios enroscam no eixo e elas os perdem” (p. 46) – isso acontece porque os donos não põem capas nos motores dos barcos. Fala, também, do preconceito com a mulher negra: “o país conserva a herança escravocrata, reafirma que a negra deve estar na cozinha mais do que qualquer outra” (p. 46), e dos papéis que a mulher tem assumido na sociedade. Apoia a possível candidatura da ministra Dilma Rousseff à presidência, alegando que é saudável para a democracia a participação feminina no poder. Informa que se antes

tínhamos apenas 5% de mulheres no trabalho, hoje temos 47% no mercado. Salienta a força da mulher brasileira, e para isso narra a história de Karla Rocha, de Pilões (PB), região empobrecida pela queda de preço da cana:

Ela teve a ideia de plantar flores, porque ali só vendiam flores do sudeste. Os homens foram contra. Karla chamou as amigas, conseguiu um microcrédito do Banco do Brasil, plantou e recebeu um crédito do Sebrae. Logo depois, me contaram que ela estava sendo perseguida. Chamei-a a Brasília, e quis saber o que ocorreu. Ela e o grupo se empoderaram: ganharam dinheiro, se alfabetizaram, mudaram a família, a sociedade. Karla passou a sofrer agressões psicológicas do marido, que ainda ameaçou a cooperativa. Ele foi preso e ela virou personagem da nossa companhia mulheres donas da sua própria vida (Revista Claudia, março de 2009, p. 46).

Ao longo da entrevista, a ministra reconstrói (ou reafirma) a identidade da mulher emancipada através do papel que é assumido por ela – ministra – e através de outros papéis e atitudes que são desempenhados por outras mulheres: luta pela presidência e ampla participação no mercado de trabalho. A atribuição de virtudes como força e independência à mulher brasileira (primeiramente atribuída a Karla Rocha, mas depois estendida para a mulher brasileira) reforça a identidade da mulher emancipada. As palavras de Nilcéa Freire complementam a representação da mulher: embora a mídia tente macular a imagem da mulher, sempre tentando “cristalizar estereótipos de superficialidade [...] na vida pública, a mulher tem que ser *dura*. A relação dela com a mídia é cruel” (grifo meu, p. 46).

No entanto, há outros textos que delineiam a mulher a partir de seus papéis e de suas relações sociais: como companheira (no casamento), dona de casa, mãe e outros que estão intimamente relacionados com a identidade da mulher tradicional. É importante lembrar que esta identidade, segundo Magalhães (2000), está presente no discurso do controle e indica uma mulher construída a partir do olhar masculino e, principalmente, da sociedade patriarcal.

Uma característica marcante nos textos das RFs ao (re)construir a identidade feminina é delinear esta a partir das diferenças com o sexo oposto, ou seja, definir a

identidade da mulher em oposição à identidade masculina. Isso é razoável e esperado, visto que a identidade é marcada pela diferença e está intimamente ligada ao reconhecimento desta.

No entanto, as RFs, não raro, recorrem às diferenças homem/mulher estereotipadas. O artigo “Visão de macho”, retirado da revista *Gloss* de maio de 2009, nº 20, estabelece algumas dessas diferenças no que diz respeito às preferências sexuais. No entanto, essas diferenças são baseadas em “achismos” ou “verdades folclóricas”. Para exemplificar, o texto começa com a afirmação de que: “Mulheres são muito, mas muito mais complicadas do que os homens [...] homens são bestas, mulheres são loucas. Nós somos lineares, básicos, limitados, diretos. Vocês são complexas, complicadas, profundas” (p. 80). As diferenças citadas são baseadas em crenças populares do que é ser homem e do que é ser mulher. É importante lembrar que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (BEAVOIR, 1980, p. 9), ou seja, o “ser mulher”, assim como o “ser homem”, é um aprendizado social. Desta maneira não existe uma forma linear e estática para definir o homem e a mulher.

Ilustração 1



No entanto, como ser mulher, no que diz respeito à identidade, significa não ser homem – já que este último é o outro em relação à mulher – é de se esperar que a identidade feminina seja construída em oposição à masculina. O texto continua descrevendo as diferenças entre o homem e a mulher a partir de seus gostos pessoais, generalizando-os: “Homens gostam de ver, mulheres de ouvir. Mulheres amam preliminares. Homens nem ligam o nome à pessoa” (p. 80). O artigo é representado por uma ilustração do Popeye e do Brutus segurando pesos (extremamente pesados), simbolizando mais uma diferença entre o sexo feminino e masculino: enquanto as primeiras são delicadas – estas estão representadas pelo personagem “Olívia Palito” (o próprio nome da personagem denota fragilidade física) –, os outros são associados à força física.

A matéria é pragmática ao afirmar que “homens e mulheres são diferentes”: “Se você não sacou isso por volta dos 4 anos, certamente aprendeu nas aulas de biologia” (p. 80). Biologicamente, somos sim diferentes. Os artigos que (re)constróem a identidade da mulher tradicional, muitas vezes, buscam subsídios em diferenças essencialistas para opor o homem à mulher, não levam em consideração que “nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino” (BEAUVOIR, 1980, p. 9).

Vale salientar que alguns assuntos – como casamento, família e outros –, geralmente, quando tratados nas RFs, propiciam a projeção da identidade da mulher tradicional, visto que esses põem os papéis tradicionais da mulher no centro do debate. Como falar de casamento sem falar do papel de esposa? Ou como falar da família sem falar do papel de mãe?

Isso acontece porque as RFs lidam com o padrão social, ou seja, com o hegemônico. Ao projetar a família, ou outro elemento social, as RFs projetam a “família regra” ou o “elemento regra” dentro da sociedade patriarcalista: constituída de pai (homem), mãe (mulher) e os filhos. No entanto, essa realidade está aos poucos

sendo alterada. Embora os textos das RFs ainda lidem com a regra, alguns conseguem transgredi-la e se desviam do hegemônico.

7 A identidade da mulher multifacetada

Na Grécia Antiga, um viajante desprevenido poderia deparar-se, à noite, com a figura mística e poderosa de Hécate, também conhecida como Trívia, a deusa das encruzilhadas. Não é um detalhe insignificante o fato de os gregos terem uma deusa (não um deus) para essa função. Assim como Trívia tinha diante de si sempre três caminhos possíveis, a mulher atual, multifacetada, assume diversos caminhos e inúmeros papéis sociais que a caracterizam. Às vezes representada com três cabeças, Trívia tinha o poder de olhar em três direções: passado, presente e futuro e perceber amarrações que impediam o progresso ou o avanço dos passantes rumo a seu destino final. A mulher, em seus múltiplos papéis, precisa lidar com esses impedimentos que vêm do passado, afetam o presente e anseiam alterar as possibilidades de futuro. Presa a algumas antigas ideologias, avança, a passos mais lentos do que poderia, rumo a uma pretensão futura de igualdade entre os sexos.

Para tornar a classificação de Magalhães (2000) mais ampla e dar conta do universo das revistas, proponho a identidade da mulher multifacetada. Esta funde a identidade da mulher tradicional e a identidade da mulher emancipada. A mulher multifacetada une os papéis sociais tradicionais de esposa e mãe, com os papéis sociais da mulher emancipada e os ideais que esta prega, a saber: justiça, igualdade e participação.

A revista *Gloss* de abril de 2009, nº 19, no artigo “É agora ou nunca”, pode servir de exemplo para demonstrar a união da identidade da mulher tradicional com a identidade da mulher multifacetada: “Dividida entre o sonho de ser mãe e o de ver a carreira deslanchar? Tudo bem deixar para engravidar mais tarde, desde que se esteja a par das vantagens e desvantagens disso” (p. 86). Já no início, a matéria expõe o desejo feminino de exercer dois papéis: o de ser mãe e o de ter sucesso na carreira. Geralmente, os textos que apresentam a mulher multifacetada apresentam, também,

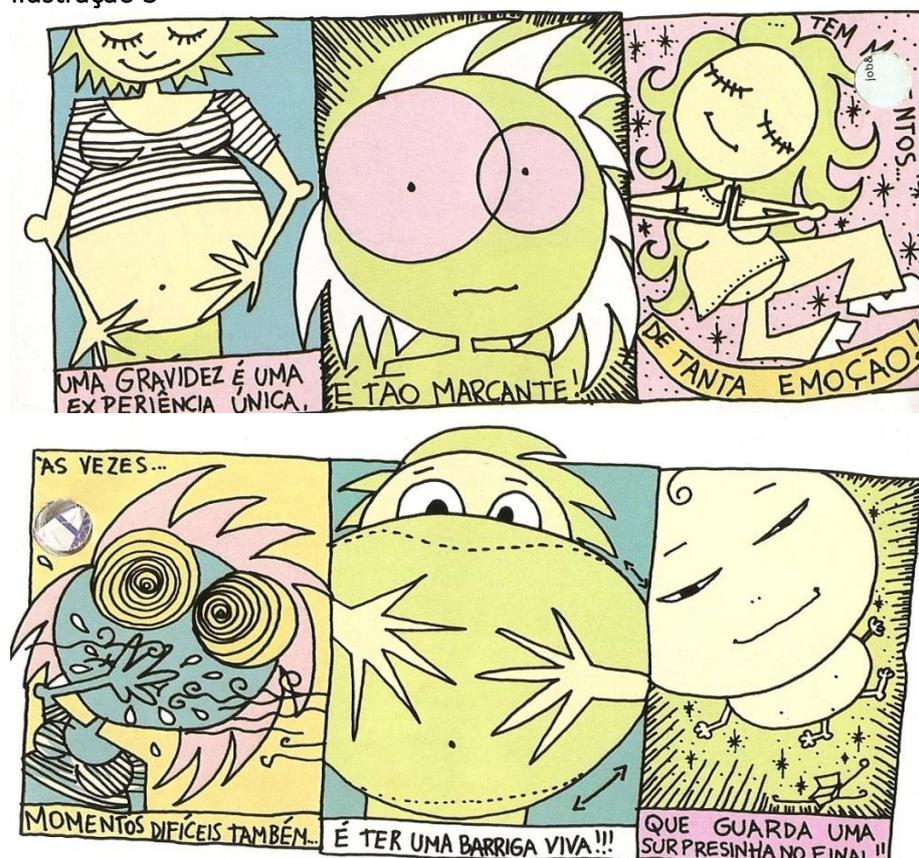
uma tensão entre os papéis que aquela assume na sociedade. As identidades entram em conflito, como foi dito anteriormente: a identidade não forma um todo harmônico. O artigo continua com a experiência de Nina, que, após ter o casamento marcado, marcou, também, uma consulta com um especialista: “É que tenho ovário policístico e meu ginecologista disse que posso ter dificuldades com a fecundação”. Por isso Nina decidiu que “se o especialista falar que tudo bem, vou esperar dois anos, mas se ele achar que o melhor é tentar engravidar já, topo abrir mão de todos os meus outros planos” (p. 86). O exemplo de Nina mostra claramente o conflito entre o papel de mãe e o de trabalhadora. Os papéis são, no ponto de vista de Nina, excludentes: ser mãe significa “abrir mão de todos os seus outros planos”.

Segundo o artigo, as estatísticas em relação à gravidez e à idade adequada para a mulher engravidar é: “o ideal seria até os 22, mas sabemos que hoje a realidade feminina não condiz com o que seria ideal” (p. 88). Tendo consciência da “realidade feminina”, a revista propõe uma solução: a produção independente. Assim que soube que para engravidar, no futuro, precisaria de um tratamento, a artista plástica e bailarina Sílvia Fasioli tentou engravidar o mais rápido possível do seu namorado, mesmo sabendo que este não queria ser pai: “em respeito à vontade do meu ex, banqueei criar minha filha sozinha, que hoje tem 1 ano” (p. 88). Nota-se que as figuras que a matéria expõe tendem para o “sonho de ser mãe”.

Ilustração 2



Ilustração 3



As ilustrações 2 e 3, retiradas da revista *Gloss*, favorecem o papel de mãe, já que representam a felicidade feminina através do sorriso estampado na figura da mulher grávida e em sua volta objetos que remetem à maternidade. As frases presentes nas imagens enaltecem a gravidez: “uma gravidez é uma experiência única”, “é tão marcante”, “de tanta emoção”; a frase “às vezes... momentos difíceis também...” apenas fortifica o quanto é especial esse momento, posto que, mesmo existindo momentos difíceis, a experiência é “única” e “emocionante”, além de “que guarda uma surpresa no final”. Enquanto a gravidez é retratada positivamente, a segunda opção, “ver a carreira deslanchar”, não é em nenhum momento mencionada nos exemplos. Enquanto o ser mãe está ligado à identidade da mulher tradicional, a produção independente, ou seja, o desvio do padrão patriarcalista da família, está ligada à identidade da mulher emancipada. A adição de ambos no texto resulta na identidade da mulher multifacetada. O texto trabalha com o conflito entre “o sonho

de ser mãe e o de ver a carreira deslanchar”, isto é, com a tensão entre as identidades que a mulher assume na modernidade.

Existem textos midiáticos que oscilam entre a identidade da mulher emancipada e a da mulher tradicional. A identidade não pode ser vista como um quadrado, possuindo apenas um lado. É fundamental enxergá-la como um cubo, com 3 dimensões: altura, largura e profundidade. Ou seja, é preciso compreender a identidade como multifacetada. Olhar apenas um lado da figura geométrica é limitar a visão, mesmo que uma das faces (num texto) esteja mais evidente, isso não significa que ela não possui outras faces.

Enquanto a identidade da mulher tradicional tem como expoente valores conservadores, baseados nas crenças do passado, a mulher emancipada tem como expoente valores como justiça, participação e igualdade – valores próprios para mudanças. Assim, chegamos, na linha histórica do gênero feminino, a um meio termo que conjuga valores tradicionais a valores conquistados. A mídia impressa na tentativa de (re)criar a mulher moderna projeta a mulher multifacetada, que assim como Hécate, a deusa das encruzilhadas, tem o poder de olhar em três direções: passado, presente e futuro.

8 Considerações finais

Ao observar os textos, duas identidades femininas foram preponderantes e recorrentes na mídia, são elas: a identidade da mulher emancipada e a identidade da mulher tradicional. As duas identidades convivem dentro de uma mesma esfera: as mídias impressas.

Essa convivência, ao contrário do que se pode presumir, não é pacífica. Ao contrário, ela é reflexo da tensão social entre o que se é estabelecido (ou hegemônico) *versus* o que é inovador. É importante observar que quando as atividades e a vida social são organizadas segundo a tradição, ou pelo hábito rotineiro, falta-lhes a dinâmica da modernidade e, conseqüentemente, a reflexão e a mobilidade da identidade dos sujeitos. Quando isso acontece, isto é, quando as

atividades e a vida social são dirigidas pela tradição, há uma confusão na distinção entre “sociedade” e “natureza”, posto que o comportamento social já está tão arraigado que é tido como ‘natural’ – significa afirmar que o comportamento hegemônico é encarado pelos sujeitos como algo ‘normal’ ou ‘natural’.

As atividades delegadas ao gênero feminino, que compõem a identidade tradicional desta (o ser mãe, esposa, dona de casa), eram tomadas como atividades ‘naturais’ e exclusivas da mulher. Aquelas que não desempenhavam esses papéis sofriam exclusão e ‘torturas’ sociais. Desta forma, o ser mulher dentro da esfera da identidade da mulher tradicional é seguir os preceitos, papéis e comportamentos ‘naturalmente’ femininos. Baseado nas análises feitas, há assuntos específicos que favorecem essa representação da mulher, a saber: amor, casamento e família.

Pensar sobre a alteração dos papéis oferecidos à mulher, na mudança das identidades destas e na representação ora da mulher tradicional ora da mulher emancipada significa observar também as mudanças sociais que impulsionaram as mudanças citadas. As análises ofereceram base para averiguar o surgimento de uma terceira representação feminina: a mulher multifacetada. Esta une elementos que compõem a identidade tradicional e emancipada da mulher.

Referências

- BAHIA, Juarez. (1990). *Jornal, História e Técnica: história da imprensa brasileira*. 4 ed. São Paulo: Ática.
- BAUMAN, Zygmunt (2005). *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR Editor.
- BEAUVOIR, Simone. (1980). *O segundo sexo: a experiência vivida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BENVENISTE, Émile. (1978). *O Homem na Linguagem: Ensaio sobre a Instituição do Sujeito através da Fala e da Escrita*. 2.ed. Lisboa: Arcádia.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (1986). *Identidade e Etnia: construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo: Brasiliense.
- BUITONI, Dulcília Schroeder. (2009). *Mulher de Papel: a interpretação da mulher brasileira pela imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Summus, 2009.

CARNEIRO, M. T. & SOARES, T. M. Z. (2003). Representação social em textos da mídia. In: PAULIUKONIS, M. A. L. & GAVAZZI, S. (orgs.). *Texto e discurso: mídia, literatura e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna.

COIMBRA, Alda Maria. (2003). Histórias contadas em sala de aula: a construção da identidade social de gêneros da mulher. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org). *Discursos de identidades, discurso como espaço de construção de Gênero, Sexualidade, Raça, Idade e Profissão na escola e na família*. Campinas, SP: Mercado de Letras. p. 209-232.

FAIRCLOUGH, Norman. (2001) *Discurso e mudança social*. Brasília, Editora UnB.

GIDDENS, Anthony. (2002). *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

GONDAR, Jô. (2002). Linguagem e Construções da identidades – um debate. In: FERREIRA, Lucia M. A.; ORRINCO, Evelyn G. D.(orgs). *Linguagem, Identidade e Memória Social*. Rio de Janeiro: DP&A. p. 107-115.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. (2000). *Micropolítica: Cartografias do desejo*. 6. ed. Petrópolis: Vozes.

HEBERLE, Viviane M. (2004). *Revistas Para Mulheres no século 21: ainda uma prática discursiva de consolidação ou de renovação de idéias?* Linguagem em (Dis)curso, v.4, nesp, p. 85-112.

HOFFNAGEL, Judith Chambliss. (2010). *Temas em Antropologia e Linguística*. Recife: Bagaço.

JODELET, Denise. (2005). *Loucuras e Representações Sociais*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

MAGALHÃES, Isabel. (2000). O Discurso do Outro e a Identidade da Mulher: da colonização à década de 1990. in: BARROS, Diana Luz Pessoa de (org.). *Os Discursos do descobrimento: 500 e mais anos de discursos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP, p. 207-235.

MAGALHÃES, Isabel. (2006). Discurso, Ética e Identidade de gênero. In: CORACINI, Maria José; GRIGOLETTO, Marisa; MAGALHÃES, Izabel (org.). *Práticas Identitárias: língua e discurso*. São Carlos: Claraluz, p.71- 96.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. (2003). Socioconstrucionismo: Discurso e Identidade Sociais. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org). *Discursos de identidades: discurso como espaço de construção de Gênero, Sexualidade, Raça, Idade e Profissão na escola e na família*. Campinas, SP: Mercado de Letras. p. 13-38.

VAN DIJK, Teun A. (1998). *Ideología: Una Aproximación Multidisciplinaria*. Editorial Gedisa: Barcelona.

VAN DIJK, Teun A. (2005) *Discurso, Notícia e Ideologia: Estudos na Análise Crítica do Discurso*. Campos das Letras: Porto.

VAN DIJK, Teun A. (2008). *Discurso e Poder*. São Paulo: contexto.

WOODWARD, Kathryn. (2009). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 9.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. p. 7-72.